



Marina Silva

Sérgio de Sá

Pacto de coerência

Faz frio em Brasília no mês de julho. Sentada em seu gabinete na Esplanada dos Ministérios, a ex-seringueira Maria Osmarina Silva de Lima se deixa envolver por um elegante xale. Apesar de estar na capital do país desde 1994, quando tomou posse pela primeira vez como a mais jovem senadora da República, a acreana Marina Silva, 46 anos, ainda não se acostumou com a seca do Cerrado. A ministra do Meio Ambiente do governo Luiz Inácio Lula da Silva sente falta da umidade amazônica. Durante a conversa gravada, os olhos não se fixam no do interlocutor. Estão seriamente concentrados na escolha das palavras e dos números certos. O que não impede, de vez em quando, o sorriso espontâneo entre as respostas sobre um assunto que lhe diz respeito, talvez mais do que a qualquer outra cidadã brasileira, do que a qualquer outro cidadão brasileiro.

Margens/Márgenes: O jornalista Zuenir Ventura define a senhora no livro Chico Mendes: crime e castigo como "uma personagem tão frágil de saúde quanto corajosa". Concorda com essa definição?

Marina Silva: Bem, primeiro eu acho que a coragem não é algo que aparece, digamos assim, flutuando no ar. Ela é sempre fruto de um compromisso ou um propósito ou um vínculo com algo que a gente quer preservar, defender. Uma mãe que, muitas vezes, enfrenta uma situação perigosa para salvar o filho, isso é um ato de coragem, mas, anterior ao ato de coragem, tem um vínculo de amor, de afeto. Então, acho que a idéia da coragem tem sempre que ser lida num contexto maior. Quanto à questão da fragilidade, sempre digo que Deus colocou um espírito forte dentro de um corpo frágil para que eu tivesse noção de limite. Talvez eu fosse muito prepotente se as duas coisas fossem fortes. Então, acho que é um manejo sustentável entre espírito forte e corpo frágil.

Pode-se dizer que também a Amazônia tem uma certa fragilidade e requer coragem para se lidar com ela, não?

A Amazônia suscita isso da sociedade brasileira, suscita isso dos amazônidas e de todos os homens e mulheres de compromisso com a vida, com o planeta, em todo mundo porque existiram pessoas que antes de nós deram, literalmente, a sua vida pela Amazônia. Só no Acre, eu posso citar, pelo menos, uns três ou quatro. O mais ilustre é o Chico Mendes. Então, acho que a Amazônia, de fato, é uma combinação de força e delicadeza, de força e fragilidade. Certa vez, me perguntaram se tivesse uma árvore que eu pudesse comparar à Amazônia e eu disse que a compararia à Samaúma, uma das maiores árvores da Amazônia, muito bela, e ao mesmo tempo uma das mais frágeis.

Parece vir dessa relação que a senhora tem com a Amazônia a vontade de transformá-la em questão central não só dentro das ações do Ministério do Meio Ambiente como de todo o governo. Foi isso que fez, por exemplo, a senhora ter dito que a Secretaria da Amazônia era pequena para um problema tão grande?

Esse esforço de fazer com que a política ambiental passe a ser algo central do governo é, digamos assim, a determinação do governo do presidente Lula. Nós, hoje, estamos trabalhando claramente com algo que há bem pouco tempo nem se imaginava, que é o conceito de política ambiental integrada, envolvendo vários setores de governo, tendo envolvimento direto do presidente

da República em muitas dessas agendas. E a Amazônia entra nesse contexto de uma política transversal integrada, tanto em relação à questão ambiental quanto à questão do desenvolvimento. A questão da Secretaria da Amazônia se situa num contexto mais amplo de reestruturação do ministério e será uma decisão do presidente da República. O certo que temos hoje é que a política para a Amazônia será a política do ministério como um todo, do governo como um todo. E, para fazer frente a uma política dessa magnitude, você não pode limitá-la a uma ou outra secretaria. Você, hoje, está fazendo essa discussão com ministérios. Nós temos, nesse momento, envolvidos treze ministérios num programa de combate ao desmatamento na Amazônia. Temos dois ministérios envolvidos no programa Amazônia Sustentável, com o governo da Amazônia e a Secretaria Geral da Presidência, que é o Programa Amazônia Sustentável. O processo de revisão do crédito na Amazônia está sendo feito pelo Ministério da Integração, o que dá uma qualidade completamente diferente, sem que isso signifique diminuir a grande contribuição que o Ministério do Meio Ambiente deu para todos esses processos, através da Secretaria da Amazônia, e continua dando. Muito do que nós estamos transformando em políticas públicas, hoje, tem a ver com essas formulações e essas experiências, mas, em última instância, será uma discussão no âmbito de uma reestruturação maior que passa pelo programa de combate ao desmatamento, passa pelo Programa Amazônia Sustentável, passa pela Comissão Coordenadora Nacional de um programa de desenvolvimento sustentável para o extrativismo no país e, particularmente, na Amazônia, que acaba de ser criada pelo presidente da República, ou seja, nunca a Amazônia esteve tão presente nos vários setores de governo como está agora. E isso vai requerer de nós capacidade de formulação, de articulação e liderança política compartilhada, dentro e fora do governo. Por que eu digo compartilhada? Porque é algo tão importante, tão complexo, que não pode ser uma ação de ministério, tem que ser uma ação de governo, tem que ser uma ação de país.

Nesse sentido, é possível fazer uma hierarquia dos problemas relacionados à Amazônia? O desmatamento apareceria em primeiro lugar?

Fica muito difícil você compartimentar as prioridades que temos na Amazônia. O desmatamento é um problema grave, mas a ausência de um programa de desenvolvimento sustentável para a região acaba sendo, digamos assim, a causa principal de você ter atividades predatórias e muitas delas, durante muitos anos, foram

financiadas com os recursos do próprio poder público. O que se está fazendo agora é um esforço de combinar ações emergenciais, como é o caso do combate ao desmatamento – nesse momento nós estamos com 19 bases estruturadas na Amazônia, com a participação do Ministério da Defesa, da Justiça, do Trabalho, do Desenvolvimento Agrário, numa operação também inédita, em que sempre o Ibama (*Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis*) agia sozinho e com muita dificuldade. Conseguimos um orçamento de quase R\$ 400 milhões para as ações de combate ao desmatamento da Amazônia até 2007, numa prioridade do presidente Lula em relação a essa questão. Então, essas são as questões emergenciais. As questões estruturantes, que passam pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia, coordenado pelo Ministério da Integração com o Ministério do Meio Ambiente, tratam de três eixos temáticos fundamentais: a infraestrutura para o desenvolvimento, o ordenamento territorial e a gestão ambiental. Boa parte das terras é pública e nós estamos trabalhando muito fortemente para que essas terras sejam discriminadas corretamente como terras da União. Temos um forte programa de combate à grilagem e à apropriação indevida dessas áreas. Estamos trabalhando também a questão da inclusão social na Amazônia – a Amazônia tem 20 milhões de habitantes, essas pessoas precisam de respostas econômicas, sociais, precisam de um estabelecimento da presença do Estado, através da União, através dos governos estaduais e dos governos locais – e ainda a questão das tecnologias avançadas para o desenvolvimento sustentável da região, bem como a revisão do crédito, das instituições que promovem o desenvolvimento na Amazônia. Estamos fazendo um trabalho em que a variável ambiental se faça presente na avaliação dos projetos e em que os bancos, como o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil e o BNDES, não venham a financiar projetos que não considerem os critérios de sustentabilidade. Isso faz a diferença. Hoje, você tem uma ação de governo. É uma ação inicial? É claro que é inicial. Dezoito meses de governo não podem ser, digamos assim, considerados como se fossem quatro anos. E mesmo quatro anos ainda são, digamos assim, um período relativamente curto para os enfrentamentos que precisamos fazer. Mas o importante é que estamos determinados a trabalhar conjuntamente. O Ministério da Agricultura acaba de realizar um importante seminário sobre a política agrícola para a Amazônia, considerando os critérios de sustentabilidade. Talvez na história do Brasil seja a primeira vez que esse esforço acontece e era

com isso que nós sempre sonhávamos, foi isso que nós, durante muito tempo, procuramos fazer dentro do ministério, mas sem ter a devida vênua por parte dos demais parceiros. Hoje há, pelo menos no nível da direção de governo, do centro de governo, a determinação de fazer assim e estamos procurando construir isso de forma horizontal, de forma, eu diria, compartilhada com os estados, com a sociedade, porque é a sociedade brasileira que, em última instância, reclama um novo tratamento para a Amazônia.

A questão é saber como a sociedade quer tratar a Amazônia. Quer dizer, de que maneira transformar a Amazônia efetivamente em tema nacional, como despertar a consciência dos habitantes da nação?

Acho que é algo que vai requerer de todos muita coerência. E a coerência faz a diferença. Tenho visto que em muitos momentos, talvez até pela minha trajetória de vida, vem uma crítica muito forte, muito severa, de que o ministério é ideológico, de que o ministério está cheio de ambientalistas, como se isso fosse um problema. Acharia estranho se aqui nós tivéssemos antiambientalistas no lugar de agrônomos-ambientalistas, biólogos-ambientalistas e advogados-ambientalistas. Aí, seria realmente uma ambivalência. Mas o fato de as pessoas da equipe terem um forte compromisso com essa agenda é algo que eu considero muito positivo, até porque, quando você sabe do que está tratando, você não tem medo de sentar à mesa para confrontar as posições e estabelecer os consensos necessários, mediar os diferentes interesses. É isso que nós estamos fazendo desde que chegamos aqui no Ministério do Meio Ambiente. E por que falo de coerência? Porque, em muitos momentos, no mesmo veículo de comunicação eu sou cobrada em relação à preservação da Amazônia e também por que não deixei fazer a hidrelétrica de qualquer jeito. Então, acho que vai requerer dos formadores de opinião muita coerência. O que nós queremos para a Amazônia é o caminho da sustentabilidade? Então, não se pode, digamos assim, fragilizar os processos de licenciamento, não se pode fragilizar os processos de fiscalização, não se pode fragilizar os critérios e as regras já estabelecidas na legislação brasileira em nome das vantagens imediatistas de dois ou três anos. Nós estamos pensando que é uma região rica, que tem recursos para milhares e milhares de anos e que não pode ser sacrificada em detrimento do lucro de poucos anos. Então, essa coerência vai fazer a diferença, precisa fazer a diferença. É todo mundo saber que, se essa equação fosse fácil, já teria sido resolvida no mundo inteiro. Mas como ela não é fácil, tal-

vez o grande desafio, o teste de força, seja de que de fato ela possa ser viável no espaço mais importante do planeta, que é a Amazônia.

Os especialistas são consensuais em relação ao principal dilema: preservar ou desenvolver. A única saída é alterar esse "ou" para "e"?

Essa equação está posta para a humanidade. A diferença quando se trata da Amazônia é que aqui ainda podemos fazer. Em vários lugares do mundo, hoje, nós temos as informações, temos a tecnologia e talvez até tenhamos o dinheiro, não é? E, infelizmente, os recursos naturais já foram destruídos. No caso da Amazônia, ainda podemos sonhar com a idéia de um começo que possa ser diferente, em que pese tudo que aconteceu ao longo desses quase 500 anos de ocupação. A Amazônia tem já 16% da sua área desflorestada. Mas o grande esforço é exatamente esse, de fazer com que se desenvolva preservando e que se possa preservar considerando as necessidades reais do desenvolvimento. Não o desenvolvimento como um imperativo que não reconhece valores, o desenvolvimento como algo que está apartado da preservação da vida e da sustentabilidade ambiental, social, cultural, política e, principalmente, ética. Então, é esse o desenvolvimento que queremos. E, para isso, contamos já com bons instrumentos, como é o caso do Programa Nacional de Florestas. Contamos com o instrumento de criação de unidades de conservação, fundamentais para essa política de antecipar as ações que evitam os danos ambientais, como é o caso do Arpa (*Projeto Áreas Protegidas da Amazônia*) para criação de unidades de conservação. A proposta é de que se criem 18 milhões de hectares de unidades de conservação, sendo nove de uso sustentável e nove de proporção integral. A meta do governo para o ano de 2003 é de 13 milhões de hectares de áreas de conservação criadas na Amazônia, e isso tudo *linkado* com um programa de combate ao desmatamento da região.

A senhora afirmou que a Amazônia é um problema da humanidade...

Não. É um problema particularmente dos brasileiros e que preocupa a população do planeta como um todo.

A revista The Economist acaba de fazer uma reportagem de capa sobre o bioma, o que mostra essa preocupação, ainda que apenas momentaneamente. Mas a Amazônia parece ir além de apelos midiáticos efêmeros. Estamos diante de uma questão internacional por excelência. A pergunta é: a Amazônia é nossa?

Não há dúvida. Os países que têm a graça de serem detentores da Amazônia devem ter a sua soberania respeitada e devem trabalhar, como nós estamos nos esforçando aqui, para fazer, digamos, o dever de casa, no sentido da sua preservação. É claro que não temos uma visão xenófoba em relação a apoios, a ajudas. Mas qualquer apoio, qualquer ajuda, tem que se limitar às nossas prioridades. Nós é que dizemos o que queremos fazer com a Amazônia, e é claro que a ajuda é bem-vinda, o tratamento adequado em relação ao conhecimento, ao compartilhar as pesquisas, tudo isso é importante, mas a nossa soberania tem que ser, necessariamente, salvaguardada e quanto mais nós cuidarmos melhor da Amazônia – e isso é válido para o Brasil, mas também para os países irmãos que partilham a Amazônia – mais nós estaremos afastando essa história de qualquer pretensão fora do contexto em relação à Amazônia.

Quanto a conhecimento e pesquisa, o LBA (sigla em inglês para The Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia, isto é, Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia) apresentou um dado que parece um pouco preocupante: de cinco artigos publicados sobre a Amazônia, quatro são de autores estrangeiros. Como fazemos para manter esse conhecimento sobre a Amazônia, para segurar ou produzir conhecimento sobre ela?

Bem, primeiro existem muitas pesquisas e muito trabalho feitos dentro do Brasil, particularmente por pesquisadores brasileiros. E no caso do LBA, mesmo os trabalhos que são feitos por pesquisadores estrangeiros, todos são acompanhados por pesquisadores brasileiros. Em relação a como enfrentarmos o problema da pesquisa, da geração de conhecimento e novas tecnologias, pensando no uso sustentável da nossa biodiversidade e dos nossos recursos naturais, é algo que o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Educação e outros setores de governo estão trabalhando muito fortemente para, cada vez mais, potencializarmos os centros de pesquisa na Amazônia, as universidades da Amazônia e mesmo aquelas universidades que têm trabalhos, mesmo se situando em outras regiões do país. Mas esse é o esforço que nós já estamos fazendo e é uma das nossas prioridades, inclusive no âmbito do programa de desenvolvimento sustentável da Amazônia, que é o PAS, Programa Amazônia Sustentável.

Existe uma preocupação com o conhecimento, principalmente relacionado à flora, que tem ido para fora sem qualquer tipo de barreira, muitas vezes via internet.

No caso da biopirataria, tem muito a ver com os compromissos assumidos no âmbito da Convenção da Biodiversidade, que o Brasil já ratificou. Estamos em fase de implementação, do ponto de vista da legislação brasileira, dos princípios da convenção no que concerne à partilha de benefício, à internalização de conhecimentos, pagamento de royalties e à proteção dos conhecimentos associados à biodiversidade. O Brasil, como signatário da convenção, tem trabalhado muito fortemente para que prevaleçam esses princípios em qualquer relação com os países desenvolvidos, tanto no que concerne às instituições públicas de pesquisa quanto a instituições privadas. Infelizmente, alguns países que são fundamentais em relação à implementação do que estabelece a convenção, como é no caso dos Estados Unidos, ainda não ratificaram a convenção. Da parte dos países em desenvolvimento, é muito tranquila a posição de que a convenção deve ser respeitada, de que as comunidades devem ser remuneradas pelos seus conhecimentos, de que os países devem, enfim, ter os investimentos oriundos de possíveis descobertas referentes à nossa biodiversidade, tanto quanto possível, realizados no país de origem do recurso. E essa é uma forma de fazer com que a própria biodiversidade ajude na sua preservação. Porque à medida que você cria alternativas do ponto de vista econômico e social, a partir do uso sustentável da biodiversidade, você estabelece uma forma de proteção desses recursos. A Amazônia, é bom que se diga, já viveu durante quase um século de apenas dois produtos da sua biodiversidade: a seringueira e a castanha. E num período em que se tinha menos conhecimento, tecnologia e recursos. Hoje, com todos os recursos que temos, é um desafio fazer com que se proteja a Amazônia, utilizando de forma sábia e sustentável os seus recursos naturais.

A construção da BR-163 servirá como modelo, daqui para frente, de maneiras de preservar e desenvolver, de saber lidar com um eventual progresso?

A BR-163, como de fato já é um problema, uma estrada aberta, com uso em vários pontos, principalmente no caso do Mato Grosso, ela é um desafio no sentido de que esse novo paradigma possa ser estabelecido: como compatibilizar as necessidades reais da sociedade que demanda por um empreendimento dessa natureza e, ao mesmo tempo, que isso não signifique mais um lastro de destruição na Amazônia; como isso pode ser feito, antecipando ações, da parte do poder público e da parte da sociedade, que evitem esse rastro de destruição. É por isso que, nesse momento, os ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente, da Integração Nacio-

nal e da Reforma Agrária e a Casa Civil da Presidência da República fizeram um processo inovador. Antes mesmo das audiências públicas para o licenciamento da obra, iniciamos um processo de consultas públicas, ouvindo mais de 700 pessoas da área de abrangência do investimento. Estamos fazendo um ousado programa de ordenamento territorial e demarcação de áreas, tanto de unidades de conservação quanto de terra indígena e de uso sustentável. Estamos fazendo um trabalho que vai requerer, da parte dos governos dos estados, um compromisso também em relação a essa agenda – e, nesse caso, o governo do Pará está sinalizando muito fortemente com a idéia de fazer o zoneamento econômico do estado. E achamos que esse é o caminho. É o caminho de se fazer com que as ações de combate à destruição sejam anteriores ao investimento. E, da mesma forma como se está fazendo um consórcio privado para possivelmente asfaltar a estrada, estamos trabalhando com um consórcio sócio-ambiental, envolvendo o poder público e a sociedade, ONGs, pesquisadores, comunidades locais, para a implementação das ações que venham a evitar que mais uma vez uma estrada possa significar aumentar a devastação da Amazônia.

Repetindo expressão que a senhora utilizou na Subcomissão da Amazônia do Senado em audiência recente sobre o desmatamento, seria esse “o caminho do bem”?

Exato. É, eu acho que a gente tem que criar um círculo virtuoso, né? E juntar todas as forças sociais, econômicas, políticas, enfim, aqueles que estão lidando com esfera do conhecimento e fazer uma aliança em prol da sustentabilidade na região. E isso você não consegue apenas fazendo a política para os amazônidas. Você consegue isso fazendo a política com as pessoas que vivem na Amazônia. E tem que ser um compromisso de país. Não é nem um compromisso de governo, puro e simples. É um compromisso de país, de não se repetir com Amazônia o que aconteceu com a Mata Atlântica. E é também um pacto. Tem que ser um pacto. Entre as forças econômicas, entre as comunidades locais, entre os diferentes interesses de que a Amazônia tenha uma determinada capacidade de suporte e que não se pode extrapolar essa capacidade de suporte, sob pena de estarmos comprometendo um dos biomas mais importantes do planeta e que tem influência direta sobre o equilíbrio do planeta.

A senhora costuma dizer que o deputado José Sarney Filho (Partido Verde), ministro do Meio Ambiente no governo Fernando Henrique Cardoso, é um companheiro de armas, de luta. Nesses 18 meses de governo Lula, estando a

senhora à frente do MMA, o que se pode afirmar como mudança substancial na condução da política para a Amazônia, em especial em relação ao que vinha sendo feito antes?

Bem, eu entendo sempre que as coisas são processuais e progressivamente você vai avançando. E acho que, se não havia política integrada para a Amazônia antes, era simplesmente porque as pessoas não queriam. É porque existiam condições objetivas que faziam com que, do ponto de vista político, ainda não se alcançasse esse, digamos assim, novo patamar em relação à Amazônia. Então, o que nós estamos fazendo aqui considera os avanços já encontrados, inclusive do ponto de vista da formulação de experiências-pilotos que hoje podem ser transformadas em políticas públicas de um modo mais amplo e com condições efetivas de fazer a diferença, do ponto de vista da realidade econômica e social, e o que mudou é a idéia de política integrada mesmo, em que você não tem mais apenas um ministro do Meio Ambiente tendo que dar explicação sobre os problemas da Amazônia. Por determinação do presidente, os vários setores de governo estão comprometidos com a agenda da Amazônia, a partir de um centro coordenado pelo chefe da Casa Civil, que fica bem ao lado do presidente. Só para as ações de combate ao desmatamento, saímos de R\$ 7 e poucos milhões no orçamento para R\$ 63 milhões – sem falar nas ações de combate às queimadas e outras. Isso faz a diferença. É tentar refletir aquilo que se fala no discurso com aquilo que se tem que fazer na prática. Mas é um processo, que eu diria, cumulativo, progressivo. Boa parte do que nós estamos fazendo tem que a ver com os avanços do PPG7 (*Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*), tem a ver com as formulações já encontradas aqui no ministério, dentro do governo como um todo. Mas nós decidimos muito claramente que, se o governo não for capaz de incidir na questão do desenvolvimento, na dinâmica do desenvolvimento, se você fica apenas com os instrumentos de comando e controle, você não tem como fazer frente à onda avassaladora da lógica do desenvolvimento econômico na região. Até porque, se durante um período, até as décadas de 1970, 1980, os empreendedores precisavam de apoio do governo – de subsídios, de incentivos fiscais –, hoje esses setores se capitalizaram e estão fazendo a partir de si mesmos, mesmo que o governo não os apóie. Então, você tem que incidir muito mais fortemente para poder fazer frente a esse processo.

Qual o nível de ansiedade da senhora, estando em Brasília e sofrendo com esse clima, em relação a resultados concretos?

Posso dizer que a minha ansiedade não é tóxica, graças a Deus! A minha ansiedade está mais para a ansiedade sagrada, que é aquela que acredita em propósitos, acredita em conceitos, acredita que o homem aprende com seus erros... Nós temos seis bilhões de seres humanos que foram errando na sua existência, achando que os recursos naturais são infinitos e que nós podemos fazer o que bem queremos com a natureza. Trinta anos atrás se tinha essa visão. E hoje, conscientes de que isso não é possível, de que nós estamos comprometendo a vida no planeta, nós temos que incidir de fato. Agora, uma coisa é você pensar em termos da grande política, dos conceitos maiores em que todos concordam e acham maravilhoso. Outra coisa é quando você quer fazer isso do ponto de vista da prática e tendo que, de certa forma, contrariar interesses que, muitas vezes, são muito fortes. Então, você vai percebendo que aquilo que é uma unanimidade do ponto de vista dos conceitos e das idéias, quando você vai para a realidade objetiva, já diminui bastante a quantidade de partícipes dessa idéia. Eu sempre brinco aqui que todo mundo defende o meio ambiente desde que seja no ambiente dos outros. Como aqui nós temos a função de defender o meio ambiente em todos os ambientes, às vezes a gente compra brigas que não são muito fáceis. Acredito que é possível fazer diferente, que a gente está no caminho certo e que os formadores de opinião são fundamentais nesse processo. Nós acabamos de realizar uma conferência com a participação de mais de 30 mil pessoas. Só no segmento infanto-juvenil foram 5 milhões de jovens e adolescentes envolvidos em questão ambiental. Isso vai fazendo a diferença de termos uma nova cultura. E o Brasil, por ser um país megadiverso, o Brasil por ser uma potência em recursos naturais, tem necessariamente que seguir esse caminho. Aliás, o nosso diferencial em termos de qualidade é exatamente sermos uma potência em recursos naturais. Temos que saber fazer o uso correto e ético dessa nossa vantagem.



Sérgio de Sá é jornalista e doutorando em Literatura Comparada na Universidade Federal de Minas Gerais.